



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

FEAR 02.07.20
- 66 550

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

2002, 02, 20

Requerimento N.º 548/VIII (3.a)

19.02.2002

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de ordem: 679
Assinado:
Data: 19/2/02

Assunto: Barra de Esposende

Apresentado por: Deputado Agostinho Lopes, do PCP

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia da República

Em reunião com pescadores de Esposende, na sede da sua Associação, foram manifestadas mais uma vez preocupações com o problema das obras na Barra de Esposende.

Em primeiro lugar, com a operação de dragagem em curso, na foz do Rio Cávado, mesmo encarada como solução transitória.

Surgem dúvidas pertinentes face ao resultado dessa operação. Relativamente à potência da draga para a operação necessária. Sobre o período em que a dragagem está a ser feita, coincidente com a desova dos peixes que procuram a foz. Perante a acumulação de areia na zona da embocadura – tudo indica que a dragagem levanta areia compactada do fundo, que depois as águas transportam para essa área agravando a sua transposição pelas embarcações fora de um certo período na maré alta. Falta de monitorização da operação em curso permitindo a sua avaliação regular. Dúvidas sobre o resultado final!

Em segundo lugar, a falta de informação sobre o início da obra de construção civil da Barra, dada a aprovação implícita do projecto existente face ao resultado do Estudo de Avaliação do Impacto Ambiental.

Segundo afirmações do sr. Secretário de Estado do Equipamento Social na Assembleia da República, caso o resultado fosse positivo, o concurso público seria lançado no início de 2002!

Finalmente, a falta de informação relativamente ao problema da contaminação das areias dragadas, e a sua possível consequência na contaminação da flora e fauna do meio.

DAPC

n. m. m. m.
20 FEV 2002
F. V. m. m.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea l) do N.º 1 do Artigo 5º do Regimento da Assembleia da República, requeiro ao Governo, através dos Ministérios do Equipamento Social e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação é feita da operação de dragagem em curso? Estão a ser estudados os seus possíveis resultados e impactos negativos? Quando se prevê que o canal a ser aberto pela operação esteja concluído? Por que razão não há sobre o problema uma permanente troca de informações e diálogo com os pescadores e a sua Associação?
2. Considerando o resultado do Estudo de Avaliação do Impacto Ambiental, para quando o lançamento do concurso público da obra da Barra? Para quando se prevê a conclusão da obra?
3. Qual o resultado das análises das areias eventualmente contaminadas e das possíveis consequências na actividade piscatória? Porque não houve qualquer informação à Associação de Pescadores?

O Deputado,

Agostinho Lopes